

CÂMARA

RIO BRANCO - AC

Agente Legislativo

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Ética no Serviço Público e Legislação (On-line)



Conteúdo de acordo
com o Edital
Legislação comentada
Questões gabaritadas
da banca IDIB

DE ACORDO COM O EDITAL DE Nº 01/2026

Câmara Municipal de Rio Branco - AC

CMRB

Agente Legislativo

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Agente Legislativo de acordo com o Edital nº 01/2026, da Câmara Municipal de Rio Branco - AC - CMRB.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *IDIB*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse o conteúdo complementar disponível on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Ética no Serviço Público e Legislação *disponível em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	9
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	12
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	12
■ PONTUAÇÃO.....	14
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS: EMPREGO E SENTIDO QUE IMPRIMEM ÀS RELAÇÕES QUE ESTABELECEM	17
NUMERAL	17
SUBSTANTIVO	18
ADJETIVO	19
ADVÉRBO	22
PRONOME	23
Colocação Pronominal	26
VERBO	26
Vozes Verbais: Ativa E Passiva	29
PREPOSIÇÃO	31
CONJUNÇÃO.....	32
■ CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	34
■ REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	38
■ CRASE	40
■ SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS	42
■ SINÔNIMOS, ANTÔNIMOS E PARÔNIMOS	43
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	53
■ RACIOCÍNIO LÓGICO E ESTRUTURAS LÓGICAS.....	53
RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA	60
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO.....	61

■	DIAGRAMAS LÓGICOS E AVALIAÇÃO DE ARGUMENTOS POR DIAGRAMAS DE CONJUNTOS.....	67
■	RECONHECIMENTO DE SEQUÊNCIAS E PADRÕES.....	75
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	83
■	LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO	83
	DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DA AUTONOMIA DO PODER LEGISLATIVO	84
	Das Atribuições e do Funcionamento da Câmara Municipal	84
	Do Processo Legislativo Municipal.....	90
■	REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO.....	97
	DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CASA.....	97
	DA TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES E REQUERIMENTOS.....	115
	DA ORDEM DAS SESSÕES.....	122
	DAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS	129
■	LEI MUNICIPAL Nº 1.794/2009 (REGIME JURÍDICO ESTATUTÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO)	131
	DOS DIREITOS.....	138
	DO REGIME DISCIPLINAR	150
	Dos Deveres	150
	Das Proibições	151
	Das Responsabilidades	152
	DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)	156
■	TRANSPARÊNCIA PASSIVA, ROTINAS DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC) E PRAZOS DE RESPOSTA	167
	LEI FEDERAL Nº 12.527/2011 (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO).....	167
	LEI MUNICIPAL Nº 1.915/2012.....	167
■	DECRETO FEDERAL Nº 9.210/2017 E TÉCNICAS DE REDAÇÃO OFICIAL: PADRONIZAÇÃO DE OFÍCIOS, MEMORANDOS, REQUERIMENTOS E CERTIDÕES	181
■	LEI FEDERAL Nº 8.159/1991: DA GESTÃO DE DOCUMENTOS, ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS PÚBLICOS, TABELAS DE TEMPORALIDADE E DESTINAÇÃO DE DOCUMENTOS.....	213
■	NOÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 (LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS) E AUXÍLIO NA INSTRUÇÃO DE MINUTAS OPERACIONAIS	214
■	ROTINAS DE ESCRITÓRIO	271

RECEBIMENTO, CONFERÊNCIA, PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS.....	271
TRIAGEM	271
ELABORAÇÃO DE PLANILHAS DE CÁLCULOS, ORGANOGRAMAS, FLUXOGRAMAS, CRONOGRAMAS E CONTROLE DE PRAZOS ADMINISTRATIVOS E LEGISLATIVOS.....	272
USO RESPONSÁVEL DE FERRAMENTAS DIGITAIS E DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS	275
■ ATENDIMENTO AO PÚBLICO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA	276
■ NOÇÕES DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO ATENDIMENTO E NA GESTÃO DOCUMENTAL (LEI FEDERAL Nº 13.709/2018)	281
■ NOÇÕES DE INFORMÁTICA: DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO E PERIFÉRICOS DE UM COMPUTADOR.....	281
■ CONFIGURAÇÕES BÁSICAS DO WINDOWS 11	283
■ APLICATIVOS DO PACOTE MICROSOFT OFFICE 2024 (WORD, EXCEL E POWER POINT).....	304
■ CONFIGURAÇÃO DE IMPRESSORAS.....	334
■ NOÇÕES BÁSICAS DE INTERNET E USO DE NAVEGADORES.....	337
■ NOÇÕES BÁSICAS DE CORREIO ELETRÔNICO E ENVIO DE E-MAILS	355
■ NOÇÕES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO EM DOIS FATORES, PHISHING, CÓPIAS DE SEGURANÇA) E DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO (LGPD)	359
■ NOÇÕES DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: USOS, LIMITES E USO RESPONSÁVEL	362

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

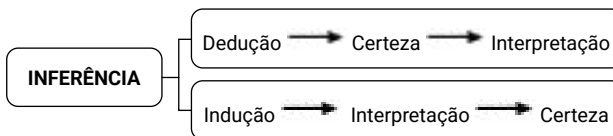
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

RACIOCÍNIO LÓGICO

RACIOCÍNIO LÓGICO E ESTRUTURAS LÓGICAS

VALORES LÓGICOS

Na lógica, temos apenas dois valores lógicos: **verdadeiro** ou **falso**. Quando temos uma declaração verdadeira, o seu valor lógico é **Verdade** (V); quando é falsa, dizemos que seu valor lógico é **Falso** (F).

ESTRUTURA LÓGICA

A Negação com o Conectivo “não”

Representação simbólica: ($\sim p$) ou ($\neg p$).

Sabemos que o valor lógico de “p” e “ $\sim p$ ” são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, “ $\sim p$ ” será falsa, e vice-versa.

Exemplo:

- p: “Matemática é difícil.”;
- ($\sim p$) ou ($\neg p$): “Matemática não é difícil.”

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- “Não é verdade que matemática é difícil.”;
- “É falso que matemática é difícil.”

Conjunção (Conectivo “e”)

Representação simbólica: $\wedge$

Exemplos:

Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: $p \wedge q$

Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)

Representação simbólica: $\vee$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”)

Representação simbólica: $\veebar$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: $p \veebar q$

Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

Condicional (Conectivo “se... então”)

Representação simbólica: $\rightarrow$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: $p \rightarrow q$

Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

Bicondicional (Conectivo “se, e somente se,”)

Representação simbólica: $\leftrightarrow$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se**, ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: $p \leftrightarrow q$

Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

PROPOSIÇÕES LÓGICAS SIMPLES

Observe a frase a seguir:

Paula vai à praia.

Para saber se temos ou não uma proposição, precisamos de três requisitos fundamentais:

- **Ser uma oração:** é uma frase com verbo;
- **Oração declarativa:** a frase precisa apresentar uma situação, um fato;
- **Pode ser classificada como Verdadeira ou Falsa:** ou seja, podemos atribuir o valor lógico verdadeiro ou o valor lógico falso para a declaração.

Tendo isso em vista, podemos afirmar claramente que a frase “Paula vai à praia” é uma proposição lógica, pois temos a presença de um verbo (ir), uma informação completa (temos o sujeito claro na oração) e podemos afirmar se é verdade ou falsa.

Dica

Proposição lógica é uma oração declarativa que admite apenas um valor lógico: V ou F.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

A Lei Orgânica do Município de Rio Branco, promulgada em 3 de abril de 1990, é a norma municipal de maior hierarquia no ordenamento local e organiza o exercício do poder político na capital acreana. O texto afirma a autonomia política, administrativa e financeira do Município, reparte o governo entre a Câmara de Vereadores e o Prefeito, disciplina a competência de cada Poder e fixa as regras de elaboração das normas locais, dos tributos e do controle das contas públicas.

A existência de uma lei orgânica própria decorre do art. 29 da Constituição Federal, que determinou a cada Município reger-se por lei votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal. Antes de 1988 a organização do Município vinha de lei estadual, e a mudança converteu a Lei Orgânica no principal instrumento de autogoverno local. Em Rio Branco, o texto em vigor resulta de sucessivas emendas, entre as quais a de nº 30, de 2016, que reescreveu boa parte do capítulo dedicado ao Poder Legislativo.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Município de Rio Branco, unidade territorial do Estado do Acre, é entidade de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira.

§ 1º - O Governo Municipal é exercido pela Câmara de Vereadores e pelo Prefeito.

§ 2º - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição da República, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.

§ 3º - O Município reger-se-á pelo disposto nesta Lei Orgânica e pelas leis que adotar, observados os princípios Constitucionais da República e do Estado.

O Município de Rio Branco é qualificado como unidade territorial do Estado do Acre e como entidade de direito público interno, fórmula que lhe reconhece personalidade jurídica própria e capacidade de titularizar direitos e obrigações em nome próprio. A autonomia política, administrativa e financeira enunciada no caput é o núcleo da posição do Município na Federação brasileira, desenhada pelos arts. 18 e 29 da Constituição Federal. A autonomia política se manifesta na eleição direta do Prefeito e dos Vereadores e na edição de normas locais, a administrativa na organização dos próprios serviços e a financeira na instituição e na arrecadação dos tributos de competência municipal. Nenhuma delas configura soberania, porque todas se

exercem nos limites traçados pela Constituição Federal e pela Constituição do Estado do Acre.

O Governo Municipal se distribui entre dois órgãos apenas, a Câmara de Vereadores e o Prefeito, sem espaço para um terceiro Poder no plano local. Não há Poder Judiciário municipal, e a função jurisdicional é prestada no território do Município pela Justiça estadual e pela Justiça federal.

Todo o poder emana do povo, que o exerce por representantes eleitos ou diretamente, cláusula que reproduz em escala local o parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal. O exercício direto reaparece ao longo da própria Lei Orgânica na iniciativa popular de emenda e de projeto de lei, no plebiscito e no referendo autorizados pela Câmara Municipal.

Os arts. 2º a 4º completam a moldura inicial da norma, com os fundamentos do Município, a garantia dos direitos e garantias fundamentais no âmbito local e as vedações impostas ao poder público municipal em matéria religiosa, tributária e de tratamento entre brasileiros.

DO MUNICÍPIO

Da Organização Municipal

Disposições Gerais

Art. 5º - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo Único - É vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições, salvo exceções previstas nesta Lei Orgânica.

São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, apenas o Legislativo e o Executivo, o que reproduz em escala local a fórmula do art. 2º da Constituição Federal, sem a presença do Judiciário. A independência significa que cada Poder organiza seus serviços, escolhe seus dirigentes e exerce suas funções típicas sem subordinação ao outro.

A harmonia aparece no sistema de freios e contrapesos que a própria Lei Orgânica distribui ao longo do texto. O Prefeito sanciona e veta os projetos aprovados pela Câmara; a Câmara derruba o veto, julga as contas, convoca secretários e susta os atos normativos que exorbitem do poder regulamentar.

A vedação de delegação de atribuições entre os Poderes preserva a titularidade das funções típicas e impede que o Legislativo transfira ao Executivo o poder de legislar em caráter geral. A ressalva final do parágrafo único abre espaço para as exceções previstas na própria Lei Orgânica, como a lei delegada do art. 42 e a medida provisória do art. 38. A independência entre os Poderes convive com a cooperação institucional, e a maior parte das matérias municipais depende da atuação conjunta da Câmara e do Prefeito, na fórmula do art. 23, que exige sanção.

Os arts. 6º a 20 completam o Título III e ficam fora do recorte deste estudo. Cuidam dos símbolos municipais, da sede e da alteração territorial do Município, das competências administrativas e legislativas locais, do patrimônio municipal, dos princípios da administração pública e do regime dos servidores, matéria que dialoga de perto com o art. 37 da Constituição Federal.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO